A importância do planejamento patrimonial e sucessório e suas principais ferramentas

Fernando Lima Gomes

Planejamento significa o ato ou efeito de planejar, determinar ações para atingir metas estipuladas. Consiste, portanto, em importante tarefa de gestão e administração, já que está relacionado com a preparação, organização e estruturação de determinado objetivo. Exatamente por isso é primordial para a tomada de decisões.

Considerando-se que grande parte das empresas brasileiras têm origem familiar e que muitas vezes há evidente confusão entre os interesses da empresa e dos sócios (ou membros da família), o planejamento é relevante para conciliar os interesses da sociedade e dos sócios. Também representa considerável componente na preparação e sucessão dos membros de uma geração familiar na empresa.

Aliás, no âmbito familiar, o planejamento do patrimônio para a hipótese da morte de um dos membros da família também se revela bastante relevante. O momento em que os seus entes se encontram fragilizados pela perda de uma pessoa querida certamente não é o ideal para a decisão sobre os rumos do patrimônio familiar.

Vale lembrar que o confronto entre a disciplina legal tradicional da sucessão *causa mortis* e a realidade das famílias muitas vezes evidencia a necessidade de uma solução mais adequada aos problemas atuais, capaz de atender a uma sociedade em constante modificação. Várias são as ferramentas que podem facilitar este processo e, de forma lícita, antecipar efeitos da sucessão até mesmo de forma mais eficiente.

Conforme a Constituição Federal, a herança tem *status* de direito fundamental, previsto no art. 5º, inciso XXX¹. Por esta garantia, os bens e direitos do falecido deverão ser transmitidos aos seus sucessores, conforme as prescrições do Código Civil. A sucessão pode ser legítima (conforme as regras legais) ou testamentária, no caso em que o falecido tenha deixado testamento.

A herança, por ser uma universalidade de direitos e obrigações pertencentes ao falecido, permanece como um todo indivisível até a conclusão definitiva da partilha, por meio de inventário, que pode ser judicial ou extrajudicial. Enquanto não concluída a partilha, a herança rege-se pelas normas atinentes ao condomínio.

Em virtude dessas e outras condições, a sucessão *causa mortis* pode ser muito ineficiente e dispendiosa. Até mesmo porque, desentendimentos entre os herdeiros no curso do inventário até a partilha não raramente levam a enormes prejuízos ao patrimônio partilhável.

¹ CF/88. Art. 5º [...] XXX - é garantido o direito de herança; [...]

O direito sucessório brasileiro mostra-se distante das necessidades das famílias contemporâneas e das funções patrimoniais. O planejamento sucessório e patrimonial, neste sentido, atende à procura por organização e previsibilidade.

A partir da finalidade buscada com o planejamento é possível adotar estratégias voltadas para a transferência eficaz e eficiente do patrimônio de uma pessoa em vida ou adotar mecanismos que facilitem esta transmissão após a sua morte. O planejamento da sucessão, com isso, engloba várias áreas do direito, passando desde o direito das sucessões e demais ramos do direito civil, como também pelo direito empresarial, tributário, internacional, etc.

Não há um modelo padrão, aplicável a todos os casos, apesar de existirem estruturas e instrumentos mais comumente utilizados. Portanto, o maior ou menor grau de complexidade do planejamento vai depender das circunstâncias de cada caso concreto.

O planejamento, com isso, visa racionalizar a transferência do patrimônio, de forma eficiente e segura, atendendo à legislação aplicável. A partir daí, vários instrumentos jurídicos podem ser utilizados para a realização do planejamento, com vistas a atender aos objetivos delineados pelos membros da família.

Em se tratando da sucessão na empresa familiar, o planejamento é tema que deve ser objeto de ampla discussão entre os interessados. Segundo estudo publicado pela *PriceWaterhouseCoopers* (PwC), em 2016, 43% das empresas familiares no mundo não tem um plano de sucessão e apenas 12% das empresas chegam a terceira geração².

Formas de planejamento da sucessão empresarial normalmente envolvem a constituição de sociedades *holdings*. A *holding* familiar é comumente utilizada como forma de controlar o patrimônio da família. Apesar de comumente utilizado de forma autônoma, não se trata de um tipo societário. A expressão *holding* tem origem no direito norte-americano e é usada no Brasil para definir “a sociedade que tem como atividade o exercício do controle acionário de outras empresas e administração dos bens das empresas que controla”³. São habitualmente criadas para gerenciar outras empresas operacionais e não operacionais, concentrando o núcleo de decisões sobre o patrimônio da família.

Além das questões de ordem societária, as estruturas envolvendo *holdings* também podem ter vantagens tributárias, tendo em vista a possibilidade de estruturas mais eficazes para o recolhimento de tributos de determinados tipos de negócios, merecendo destaque as sociedades imobiliárias.

Estas sociedades, cujo objeto é preponderantemente imobiliário, ou seja, a compra e venda ou locação de imóveis, próprios ou de terceiros, acabam por possuir, em regra, vantagens tributárias. A tabela a seguir, mostra os percentuais dos tributos incidentes sobre as operações

² Estudo disponível em https://www.pwc.com.br/pt/setores-de-atividade/empresas-familiares/2017/tl_pgef_17.pdf. Acesso em 31/05/2019.

³ TEIXEIRA, João Alberto Borges. *Holding* familiar: tipo societário e seu regime de tributação. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, v. 85, p. 234-247, mar/abr, 2009.

de aluguel e compra e venda, comparando os valores para pessoas físicas e jurídicas (estas últimas, optantes pela tributação do IRPJ no lucro presumido):

Tipo de Renda	Pessoa Física (rendimentos acima de R\$ 4.664,68)	Pessoa Jurídica Lucro presumido (receita até R\$ 78MI)
Aluguel	27,5% sobre receita	11,33% a 14,53% sobre receita
Venda	15% sobre o ganho de capital	34% sobre o ganho de capital (se não tiver objeto imobiliário)
		6,73% sobre o preço da venda (se tiver objeto imobiliário)

FONTE: Elaboração própria

A constituição das *holdings* familiares pode também vir acompanhada de instrumentos como os acordos de acionistas ou cotistas. Como a *holding* é composta por indivíduos que, embora tenham objetivos em comum, possuem interesses particulares diversos, divergências pessoais podem desencadear atritos sobre os interesses societários. Assim, estes acordos servem para estabelecer as regras e condições que regerão a sociedade em caso de divergências entre os membros da família.

Outros instrumentos jurídicos tradicionais também podem ser utilizados, em conjunto ou separadamente, para a customização do planejamento patrimonial e sucessório. Neste sentido, são de grande valia os testamentos, bem como os contratos de seguro, as doações e a constituição de usufruto sobre determinados bens.

Os testamentos, apesar de sua ainda baixa utilização no Brasil, consolidam importante instrumento de planejamento sucessório, pois conferem ao testador grande liberdade para disposição de metade do seu patrimônio.

Também pode ser interessante a realização da *partilha em vida*, na forma do art. 2.018 do Código Civil⁴. A grande vantagem da partilha em vida é que, caso realizada para herdeiros necessários⁵, dispensa que estes tragam os bens recebidos à colação, ao contrário do que ocorre com os bens recebidos por doação.

Como cada planejamento tem aspectos muito específicos a depender dos objetivos traçados e também do patrimônio envolvido, outros instrumentos também não podem ser ignorados.

A previdência privada, por exemplo, é muito utilizada, apesar de recentemente muitos Fiscos Estaduais⁶ terem instituído a cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

⁴ CC/2002: Art. 2.018. É válida a partilha feita por ascendente, **por ato entre vivos** ou de última vontade, contanto que não prejudique a legítima dos herdeiros necessários. (Grifou-se).

⁵ CC/2002: Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

⁶ Em Minas Gerais, o Decreto nº 47.599, de 28 de dezembro de 2018, estabeleceu a cobrança do ITCD sobre os planos de previdência privada. Conforme a nova regra, há responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do ITCD pelas entidades de previdência complementar, seguradoras e instituições financeiras, na transmissão causa mortis ou doação de bem ou direito sob sua administração ou custódia, inclusive aquele relativo aos planos de previdência privada e seguro de pessoas nas

(ITCD) sobre estes fundos, que anteriormente eram tratados da mesma forma que os contratos de seguro.

Também não podem ser ignorados os fundos de investimento, que em conjunto ou separadamente das *holdings*, pode revelar uma importante estrutura para a agregação e administração profissional do patrimônio familiar. O fundo de investimento

é uma forma de aplicação financeira formada pela união de vários investidores que se juntam para a realização de um investimento financeiro. Não possui personalidade jurídica, possuindo uma estrutura semelhante ao condomínio, visando a um retorno esperado, dividindo as receitas geradas e as despesas necessárias para o empreendimento. A administração e a gestão do fundo são realizadas por especialistas contratados, pessoas físicas ou jurídicas, especificamente para tal⁷.

Vale lembrar que alguns tipos de fundos de investimento, tal qual o Fundo de Investimento em Participações (FIP) e o Fundo de Investimento Imobiliário (FII) possuem vantagens tributárias⁸ para determinadas aplicações que podem revelar-se bastante significativas.

Em conclusão, pode-se dizer que são inúmeras as possibilidades de se estruturar e planejar o patrimônio, seja para fins sucessórios ou não. É importante o uso correto dos instrumentos jurídicos colocados à disposição do interessado, tendo em vista que as especificidades do patrimônio envolvido e também os objetivos pretendidos com o planejamento.

modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL -, Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL - ou assemelhado, passando tais instituições a ter responsabilidade tributária pelo imposto.

⁷ TEIXEIRA, Daniele Chaves. *Planejamento sucessório: pressupostos e limites*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 167.

⁸ Para os FIPs, o artigo 2º da Lei nº 11.312/2006 prevê a tributação pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 15% sobre os rendimentos auferidos pelo FIP **somente ocorre no momento do efetivo resgate das quotas**, incidindo sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das quotas do fundo. Ocorre, na prática, o diferimento do tributo. Já nos FIIs, há isenção de Imposto de Renda nas negociações imobiliárias pelo fundo, caso alguns requisitos sejam atendidos.